



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 05 dias do mês de maio de 2016, às 19h00min, nas dependências da Escola Municipal Kó Yamawaki, situada na Rua Epaminondas Santos, nº 2816, Bairro Alto, Curitiba, Paraná, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, nos autos de P. A. nº MPPR-0046.14.001087-0 e nº MPPR-0046.12.006268-5, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes notificados: a) Administração Regional Boa Vista: Sr. Alexandre David de Lara, Administrador Regional; b) Secretaria Municipal de Trânsito, Dra. Luiza M. Pacheco Castagno Simonelli, Secretária Municipal, representada pelo Sr. Fabio Lima, Técnico de Sinalização e Sr. Giovani Santos, Engenheiro-Regional Boa Vista; c) Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB; Sr. Ubiraci Rodrigues, Diretor-Presidente, representado pelo Sr. Mauro Kugler, Gerente de Obras, Sr. Rafael Fernando Portela, Advogado, Sr. Edson Beltrão, Engenheiro Civil; d) Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, Sr. Omar Akel, Diretor-Presidente, representado pelo Eng. Haroldo Eustaquio; e) Rizzatto&Rizzatto Ltda, Sr. Raphael Cesar Rizzato, Sócio-Administrador; e) Gerência Executiva de Governo – GEGOV – Caixa Econômica Federal, Sr. Célio Alves Isidoro, Gerente de Filial. Inicialmente, a Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos convidados. Dando prosseguimento, ressaltou que a Audiência Pública é um instrumento para auxiliar a comunidade na defesa dos seus direitos e garantias fundamentais. Fez um breve histórico das Audiências realizadas na região e ressaltou que o Ministério Público oferece um canal de participação para a comunidade, bem como a comunicação direta com os órgãos públicos e privados (direito à informação). Após a chamada dos notificados, a



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Presidente destacou os seguintes assuntos a serem abordados, conforme a pauta:

a) Avenida da Integração: acompanhamento das obras b) Conjunto Habitacional Moradias Faxinal: atraso no início das obras e; c) providências efetivadas quanto à vistoria realizada nas unidades habitacionais (abandono e venda irregular). A palavra foi dada ao representante da COMEC, Eng. Haroldo, o qual informou que 90% das obras já foram concluídas; que falta finalizar as pinturas de faixas de estacionamento; que os semáforos foram instalados próximos da ponte que estará em obras e funcionará em via única; que a ampliação da ponte levará aproximadamente 6 meses e o restante da sinalização da via horizontal e vertical até meados do próximo mês. A Presidente questionou o que foi feito em relação à sinalização desde a última audiência. O Engenheiro falou que foi formada uma comissão de moradores para acompanhamento e encaminhou-se a resposta à Promotoria. O Sr. Tadeu, presidente do CONSEG pediu a palavra e comentou sobre a visita que foi realizada pela Promotoria das Comunidades na última terça-feira. A Sra. Cristiane, da Comissão dos Moradores, também falou da visita realizada e questionou o Engenheiro sobre a possibilidade de fazer a travessia elevada em frente ao Centro Infantil, na Rua Paulo Freire, e o Engenheiro informou que esta questão foi contemplada, igualmente em relação à entrada e saída dos veículos do Corpo de Bombeiros. O Sr. Augustinho, morador, questionou sobre as rampas de acessibilidade, se há fiscalização, indicando a que não há nas proximidades da Av. da Integração com Av. João da Costa Ribeiro. O engenheiro Haroldo se comprometeu a verificar e dar os encaminhamentos necessários para regularização. A palavra foi repassada à Tenente Mariana, a qual explanou sobre a necessidade de alterações na entrada e saída dos veículos do Corpo de Bombeiros. O Engenheiro informou que existe um aditivo para realizar a regularização e que estão aguardando a retomada da empresa Mavilis para dar



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

continuidade. A Presidente questiona se existem verbas para conclusão da obra o que foi afirmado pelo Engenheiro que há a verba. Os moradores solicitam a antecipação da instalação de passagem elevada nas proximidades do Centro Infantil Cantinho Feliz. O engenheiro informa que em 60 dias as obras da travessia elevada, da sinalização vertical e horizontal estarão prontas; o Engenheiro esclareceu que eles precisam acompanhar um projeto estabelecido anteriormente, mas que as situações mais urgentes podem ser avaliadas e que há boa vontade em resolver por parte da COMEC. A Presidente retomando a palavra destacou que o que se espera é que as obras sejam concluídas sem atrasos, o que já ocorre. Destacou a importância de a comunidade ficar atenta e informar os casos de paralisação das obras. O Engenheiro informou que o dinheiro vindo do Governo é emprestado e se colocou à disposição para que os moradores façam contato sempre que verificarem paralisações. A Presidente passou para o tema seguinte, questionando o representante da Rizzatto&Rizzatto, Sr. Raphael o que mencionou que recebeu a ordem de serviço há 45 dias que estão realizando as obras dentro do cronograma. O Sr. Mauro, Gerente de Engenharia da COHAB, informou que houve reunião e deveriam ter começado a obra em outubro/novembro de 2015. Que não foi possível iniciar as obras no período informado anteriormente, pois o processo licitatório foi questionado e outras questões burocráticas em relação ao edital. O Sr. Célio, Gerente de Filial, da Caixa Econômica Federal, foi apresentado pela Presidente e passou a informar o papel da Caixa como agente financeiro e quanto aos empréstimos com recursos do FGTS, com prazos de 20 anos. Que o projeto do Moradias Faxinal foi contratado em 2007 no valor de 12 milhões; que a Caixa faz avaliação apenas de custos e que toda modificação em projetos têm que passar por análise de custos da CAIXA; à medida que o Município faz obra os valores são solicitados, que após inspeção realizada pela Caixa, para verificação da execução,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

os valores são repassados; Informou que a Caixa ainda não fez análise da licitação com a RIZZATO&RIZZATTO, que o prazo para entregar a documentação, pela COHAB, se esgota na próxima segunda-feira; informou, ainda, após questionado pela Presidente, que a CAIXA vai até a obra apenas para fazer medição (se foi feita a obra); que o Município está pagando a empresa Rizzatto&Rizzatto e que estando a documentação em ordem, a CAIXA repassa a verba ao Município. O Eng. Mauro falou que no início da obra, a contrapartida do Município era pequena, mas que hoje são quase 50%, devido aos reajustes de valores que o contrato não contempla. O Sr. Genival, Presidente da Associação de Moradores Higienópolis questionou à COHAB se as 125 casas vão atender as famílias. A Moradora, Sra. Nilza pediu a palavra e falou que as 125 casas são destinadas às famílias originalmente cadastradas e que as demais têm que aguardar o atendimento na fila. O eng. Mauro destacou que as unidades contratadas são para atender as famílias selecionadas na época em que foi constatado risco por conta do Rio Atuba, mas que não abrangeu o Rio todo; A Sra. Rosemeire, da COHAB, informou que as demais famílias, não contempladas nesse projeto, aproximadamente 30 famílias, serão atendidas em novo projeto do PAC, e que os filhos dessas famílias precisam se cadastrar. Que após o primeiro mapeamento da COHAB, é que a COHAB foi informada pelas lideranças que havia famílias não mapeadas, e este déficit foi considerado pela COHAB à época, entretanto as modificações familiares no decorrer dos anos não estão contempladas. A Sra. Niuza informa que há muitas famílias com filhos já com famílias próprias, os quais acompanharão as famílias contempladas, destacando que os moradores devem procurá-la para que possa ajudar nesse cadastramento e encaminhamentos, pois ela acompanha desde 2009. A Sra. Rosemeire indicou a Sra. Sonia, Assistente Social e a Sra. Edicione, Articuladora, da COHAB, como referências para atendimento aos moradores. A



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

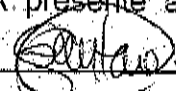
Sra. Niuza solicita à COHAB nova eleição para incluir /substituir dois integrantes da Comissão de Moradores de acompanhamento das obras. A Presidente passou para o outro item, informando que a demanda surgiu na última Audiência, acerca do abandono e venda de unidades no Conjunto Habitacional Moradias Faxinal. A Sra. Rosemeire foi chamada e esclareceu que as casas não podem ser vendidas, alugadas, cedidas etc, conforme explicita em documentos entregues e juntados por determinação da Promotora de Justiça. A Presidente destacou que no relatório da COHAB consta que 27 situações foram indicadas como irregulares e que os encaminhamentos serão dados caso a caso. O Sr. Genival falou que houve reocupação de casas que deveriam ter sido demolidas. A Articuladora da COHAB, Edicione, orienta às famílias que as reocupações devem ser comunicadas e que nem sempre podem ser coibidas. A Sra. Rosemeire diz que o ocupante vende a posse e que, legalmente, a COHAB não tem instrumento que evite; que ao identificar novos ocupantes, a COHAB tem obrigação de atender a família que faz uso social para moradia; que a COHAB faz demolição das casas desocupadas e se não houve, é falha da empresa de demolição; que a COHAB faz demolição da casa de família atendidas com reassentamento; Destaca a importância dos moradores comunicarem à COHAB as reocupações. A Presidente, antes de fazer o encerramento, agradeceu a presença do representante do Rotary Club, concedendo a palavra ao mesmo; o Sr. Marcelo Augusto Passos tomando a palavra falou sobre a importância da preservação das margens do Rio e que o Rotary faz um trabalho voluntário de recuperação de mata ciliar, se colocou à disposição da comunidade e da Prefeitura para apresentar o trabalho. A Presidente destacou a presença da Sra. Alzenir Sizanoski, da SEDS, a qual se colocou à disposição da comunidade para assuntos relacionados ao Governo do Estado. O Administrador Regional, Alexandre David de Lara, recebeu a palavra e convidou a

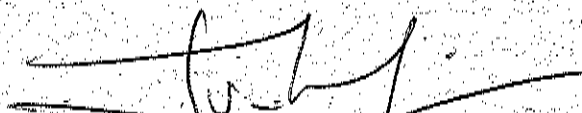


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

comunidade para participarem da oficina regional de readequação da Lei de Zoneamento. A Presidente destacou a importância do bom relacionamento da Administração Regional com a comunidade e vice-versa, afirmando que a aproximação agiliza nos encaminhamentos das demandas da comunidade local. A Presidente fez os agradecimentos finais. A presente audiência encerrou-se às 20h50min. Eu, Vanessa Milene de Santana,  Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça


Administração Regional Boa Vista


Secretaria Municipal de Trânsito


Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB


Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC


Rizzatto&Rizzatto Ltda


CEF - Gerência Executiva de Governo – GEGOV